



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

EDITAL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 69/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 89/2023

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO DE COMPRAS Nº 89/2023

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NOMEADOS PELO DECRETO Nº 6.581/2023 DE 06 DE JUNHO DE 2023, PUBLICADO NO DIÁRIO ELETRONICO EM 06 DE JUNHO DE 2023, COMPOSTA PELOS SENHORES (AS):

Pregoeiras(os)

1º - Sandra Regina Ramos da Silva

2º - Kéli Fátima Trevisol

3º - Marcos Vieira dos Santos

Equipe de Apoio

Pablo Felipe Hubner de Araújo

Ana Clara Comar

Rosângela da Conceição Romano

Keity Parada dos Santos

1 – PREÂMBULO

1.1 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 78.101.821/0001-01, com sede à Rua Rui Barbosa, 202, centro, na cidade de Vera Cruz do Oeste, estado do Paraná, torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando **Contração de empresa especializada em seguro de veículos da frota municipal e espaços físicos/imóveis, visando atender todas as secretarias do Município de Vera Cruz do Oeste**, regida pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e regulamento previsto no Decretos 3.555/00 e 10.024/20 e Decreto Municipal 5.372/20 e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, a ser executado pela(o) Pregoeira(o) e Equipe de Apoio acima descrita, e nas condições fixadas neste edital e seus anexos.

2 – LOCAL, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

2.1 - UASG: 987989 – PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE PARANÁ.

2.1.1 – Local da Sessão Pública: www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.3 – O horário para recebimento das propostas será até as 09:00 horas do dia 25/10/2023.

2.1.4 – A abertura e julgamento das propostas será as 09:00 horas do dia 25/10/2023.

2.1.5 – O início da disputa/lances será as 09:10 horas do dia 25/10/2023.

3 – DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 – O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

4 – DO OBJETO

4.1 – A presente licitação tem por objeto a **Contração de empresa especializada em seguro de veículos da frota municipal e espaços físicos/imóveis, visando atender todas as secretarias do Município de Vera Cruz do Oeste**, conforme condições, especificações e valores constantes na proposta e nos termos deste edital e seus anexos.

4.2 – O edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.veracruz.pr.gov.br.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

4.3 – A licitação será por item, conforme proposta, ANEXO II do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

4.4 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência, prevalecerão as do edital e Termo de Referência.

4.5 – As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações através do fone 045 32678006 ou e-mails licitacao@veracruz.pr.gov.br ou pregoeiraveco@gmail.com.

4.6 – As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, através do fone (45) 3267-8038.

5 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

5.1 – O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE, observada às especificações técnicas constantes na proposta/Anexo II e demais condições definidas neste Edital/Termo de Referência.

5.2 – Será utilizado o modo de disputa “ABERTO”, em que se inicia com a apresentação de lances sucessivos com duração de dez minutos, e após, com prorrogação automática pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1 – Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

6.1.1 - Os esclarecimentos e/ou impugnações ao Edital deverão ser dirigidas à(o) pregoeira(o) e protocolizadas em dias úteis, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, Rua Rui Barbosa, 202, Centro, na cidade de Vera Cruz do Oeste ou encaminhadas através do e-mail licitacao@veracruz.pr.gov.br ou pregoeiraveco@gmail.com.

6.1.2 – Caberá à(o) Pregoeira(o), auxiliada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, quando for o caso, responder aos esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

6.1.3 – A decisão da(o) pregoeira(o) sobre a impugnação deverá ser antes da abertura do certame.

6.1.4 – Caso a impugnação seja acatada, e esta implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização da presente licitação.

6.2 – As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.2.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.2.2 – As respostas aos pedidos de impugnações e/ou esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1 – Poderão participar desta licitação todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital e cadastradas no SICAF.

7.1.1 – As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.

7.1.2 – A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.

7.1.3 – As empresas que se enquadrarem como Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, poderão utilizar os benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

Complementar 147/2014 e Lei Municipal nº 825/2009, ficando sob sua responsabilidade a comprovação para tal (anexo III).

7.2 – Será vedada a participação de:

7.2.1 – Empresas que estejam proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.2.2 – Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.2.3 – Empresas enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; ou ainda,

7.2.4 – Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

7.3 – Como requisito para participação nesta licitação, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.3.1 – Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

7.3.2 – Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

7.3.3 – Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do edital;

7.3.4 – Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.3.5 – Que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.3.6 – Que a proposta foi elaborada de forma independente;

7.3.7 – Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

8 – DO CREDENCIAMENTO

8.1 – O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados em participar da licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

8.2 – O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

8.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.4 – O licitante se responsabilizará exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5 – É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.6 – A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 12 do edital, proposta com a descrição do objeto



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2 – O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 12 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.5 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.6 – Os preços e os itens propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.7 – Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do item e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/operadora quando for o caso, em campo próprio do sistema, preço unitário por lote/item, com até duas casas decimais após a vírgula.

9.8 – A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.9 – Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos e despesas necessários à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, sendo que a proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

9.10 – É de competência do licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.11 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.12 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da(o) pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 – No dia **25/10/2023** às 09:00 horas (horário de Brasília-DF), a sessão pública na internet será aberta por comando da(o) Pregoeira(o), Sandra Regina Ramos da Silva, Kéli Fátima Trevisol ou Marcos Vieira dos Santos com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas.

10.2 – No dia **25/10/2023** às 09:10 horas (horário de Brasília-DF) início da etapa de lances.

10.3 – A(o) Pregoeira(o) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no edital e Termo de Referência.

10.3.1 – Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.3.2 – A desclassificação deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3.3 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.4 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

os licitantes.

10.6 – Iniciada a etapa competitiva/lances, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6.1 – O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.

10.6.2 – O intervalo mínimo de diferença de valores é de R\$ 2,00 (dois reais) entre os lances, o qual incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.7 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com duração de dez minutos, prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.9.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e, ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.9.2 – Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.9.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática, a(o) pregoeira(o) poderá, auxiliada pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.10 – Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela(o) pregoeira(o), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

10.10.1 – Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.11 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.12 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.13 – No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva/lances do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, sendo que os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.14 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.15 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.16 – A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

10.17 – Poderá haver empate entre propostas iguais ou entre lances finais do modo de disputa aberto.

10.17.1 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será o previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10.17.2 – Caso o empate persista, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.18 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) pregoeira(o) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

10.18.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.19 – A(o) pregoeira(o) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.20 – Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 – Encerrada a etapa de negociação, a(o) pregoeira(o) fará o exame da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.2 – Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, quando apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, de acordo com o Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.2.1 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados em mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a serviços e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.3 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, sendo tal ocorrência registrada em ata.

11.5 – A(o) Pregoeira(o) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5.1 – A(o) pregoeira(o) poderá prorrogar o prazo mediante solicitação escrita e justificada do licitante, desde que formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita pela(o) Pregoeira(o).

11.6 – Caso a proposta ou o lance vencedor for desclassificado a(o) Pregoeira(o) fará o exame da proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, respeitando a ordem de classificação.

11.7 – Caso haja necessidade, a(o) Pregoeira(o) poderá suspender a sessão pública, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.8 – Encerrada a análise, bem como a aceitação da proposta, a(o) pregoeira(o) verificará a habilitação do licitante, observado as exigências constantes neste Edital.

12 – DA HABILITAÇÃO

12.1 – Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação da proponente detentora da proposta classificada em primeiro lugar, a(o) Pregoeira(o) fará a verificação eventual de descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanções que a impeçam da participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta nos seguintes cadastros:

12.1.1 – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

12.1.2 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.1.3 – O município realizará ainda, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes consultas relativas à proponente vencedora:

12.1.3.1 - Declaração de inidoneidade,



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

12.1.3.2 - Proibição de contratação com o Poder Público;

12.1.3.3 - Suspensão do direito de licitar e contratar.

12.1.3.4 – Caso haja irregularidade em nome da proponente vencedora, esta será inabilitada.

12.1.4 – A consulta será efetuada em nome da pessoa jurídica/licitante e também em nome do sócio majoritário, de acordo com o Art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, o qual prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.5 – Caso seja constatada a existência de sanção, a(o) Pregoeira(o) reputará a proponente inabilitada, por falta de condição de participação no certame.

12.1.6 – No caso de haver inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, sempre seguindo a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2 – A documentação relativa à:

12.2.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.2.1.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.2.1.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

12.2.1.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

12.2.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

12.2.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.2.2.1 – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente, com data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

12.2.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

12.2.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.2.3.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

12.2.3.3 – Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedido pela Receita Federal;

12.2.3.4 – Certidão de Regularidade de Situação - CRS do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF;

12.2.3.5 – Certidão de regularidade de Débito de Tributos Estaduais;

12.2.3.6 – Certidão de regularidade de Débito de Tributos Municipais, da sede da empresa licitante;

12.2.3.7 – Prova de regularidade perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, na forma da Lei 12.440/2011;

12.3 – Quando se tratar de Microempresas e Empresa de Pequeno Porte, caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendam as demais exigências do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogados por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da referida documentação e apresentação da mesma.

12.3.1 – A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

12.4 – A PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR AINDA:

12.4.1 – DECLARAÇÃO UNIFICADA (ANEXO III).

12.5 – A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

12.5.1 – O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, substitui somente os documentos indicados nos subitens acima 12.2.1 – Habilitação Jurídica, 12.2.2 - Qualificação econômico-financeira e 12.2.3 – Regularidade fiscal e trabalhista, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.

12.5.2 – Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no SICAF, o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências constantes no Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

12.6 – Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

12.7 – Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela(o) pregoeira(o) e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com as exigências do Edital.

12.8 – A(o) pregoeira(o) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9 – O não atendimento das exigências constantes neste item do presente Edital implicará a inabilitação do licitante.

12.10 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

13.1 – Encerrada a etapa de lances/negociação, a(o) pregoeira(o) convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este anexe no sistema COMPRASNET a proposta de preços ajustada, em conformidade com o último lance ofertado.

13.2 – A(o) pregoeira(o) fará uso da ferramenta “convocar anexo”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “anexar” disponível apenas para o licitante vencedor.

13.3 – Caso haja a necessidade do licitante enviar documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o mesmo será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4 – O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até 02 (duas) horas de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, contados da convocação.

13.5 – Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail licitacao@veracruz.pr.gov.br ou pregoeiraveco@gmail.com.

13.5.1 – O responsável pelo envio deverá entrar em contato com a(o) pregoeira(o) para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.

13.5.2 – A(o) pregoeira(o) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Vera Cruz do Oeste quanto do licitante.

13.6 – Pelo princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pela(o) Pregoeira(o), o registro da não aceitação da proposta.

13.6.1 – Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, dentro



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

do prazo estipulado, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo justificadamente.

13.7 – Fica facultado à(ao) Pregoeira(o) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde o início da realização da sessão pública.

13.8 – Caso a proposta não for aceita ou o licitante deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências de habilitação, a(o) Pregoeira(o) o desclassificará, e, examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste Edital.

13.9 – Da proposta de preços:

13.9.1 – A proposta de preços deverá estar de acordo com o modelo Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da mesma.

13.9.2 – Deverá conter valores/preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

13.9.3 – Deverá conter a especificação do item, bem como a marca/operadora de acordo com o caso.

13.9.4 – A apresentação da proposta de preços implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

13.9.5 – O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura da presente licitação, conforme previsto no art. 6º da Lei 10.520/02.

13.9.6 – O valor/preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional com até duas casas decimais (0,00).

13.9.7 – A proposta de preços enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deverá atender todas as especificações constantes do Edital e seus Anexos, sob pena de desclassificação.

13.9.8 – É reservado à(ao) Pregoeira(o) o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

13.9.9 – A proposta de preços apresentada deverá refletir preços equivalentes aos praticados em mercado no dia de sua apresentação.

14 – DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL E PROPOSTA

14.1 – Os documentos de habilitação, constante no item 12 deste edital e a proposta de preços original, caso venham a ser solicitados pela(o) pregoeira(o), os mesmos deverão ser encaminhados em original ou cópias autenticadas, dentro de envelope lacrado contendo os dados da empresa e nº da licitação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da(o) pregoeira(o) no sistema eletrônico.

14.1.1 – Os envelopes deverão ser encaminhados para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste, Rua Rui Barbosa, 202, centro, na cidade de Vera Cruz do Oeste, Paraná, CEP 85845-000, aos cuidados do Setor de Licitações e Contratos e pregoeira (o) Sandra Regina Ramos da Silva, Kéli Fátima Trevisol ou Marcos Vieira dos Santos.

14.2 – Após cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pela proponente classificada em primeiro lugar, a(o) pregoeira(o) a declarará vencedora do certame nos itens vencidos.

14.3 – Caso venha a ocorrer à inabilitação da proponente classificada em primeiro lugar, a(o) pregoeira(o) fará a convocação da proponente colocada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário observado a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

15 – DOS RECURSOS

15.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido pela(o)



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

pregoeira(o) na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

15.2 – A falta de manifestação motivada por parte do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

15.3 – Uma vez aceita a intenção de recurso, a(o) pregoeira(o) concederá o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões referentes ao recurso, ficando os demais licitantes intimados para, se desejarem, apresentarem as contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4 – Tanto os recursos quanto as contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

15.5 – Os recursos contra a decisão da(o) Pregoeira(o) não terão efeito suspensivo.

15.6 – **Findo os prazos para interpor os recursos e as contrarrazões, a(o) Pregoeira(o) terá até 05 (cinco) dias para:**

15.6.1 – Negar admissibilidade ao recurso, quando este foi interposto sem motivação ou ainda fora do prazo estabelecido.

15.6.2 – Motivadamente, reconsiderar a decisão.

15.6.3 – Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente.

15.7 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8 – Após a decisão dos recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente ADJUDICARÁ o objeto e HOMOLOGARÁ o procedimento licitatório para determinar a contratação.

15.9 – Não havendo recurso, a(o) Pregoeira(o) adjudicará o objeto ao licitante vencedor e após, encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para homologação.

16 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 – Poderá haver reabertura da sessão pública quando:

16.1.1 – Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 – Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 – A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, chat ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 – A convocação feita via e-mail se dará de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 – Constatado o atendimento das exigências constantes no presente Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

17.1.1 – Caso o licitante classificado em primeiro lugar não atenda às exigências de habilitação, a(o) pregoeira(o) examinará a documentação do segundo licitante classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente/licitante declarado vencedor, adjudicando o objeto da licitação a seu favor.

17.2 – A autoridade competente homologará a licitação após a mesma ter sido adjudicada ao licitante vencedor pela(o) pregoeira(o).



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

17.2.1 – No caso de recurso, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento.

17.3 – A homologação da presente licitação não obriga a administração pública à adquirir o objeto licitado.

18 – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – O pagamento para as apólices de seguro dos veículos e imóveis ocorrerá em parcelas iguais, sendo a primeira parcela após 07 (sete) dias a partir da assinatura do contrato, e as demais parcelas em 30, 60 e 90 dias, totalizando 04 (quatro) parcelas.

18.1.1 – A proponente vencedora deverá informar, no corpo da nota, o número da conta bancária vinculada ao CNPJ, conforme instrução normativa 089/13 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – art. 9, bem como a descrição do objeto, quantidade, valor unitário e total, número e modalidade da licitação e número do contrato.

18.1.2 – O pagamento será única e exclusivamente através de meio eletrônico e preferencialmente que a proponente vencedora indique conta no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme orientações do CONTRATANTE. Caso seja indicado outra agência bancária as despesas de transferência correrão por conta da proponente vencedora.

18.1.3 – A adjudicatária deverá enviar anexada à Nota Fiscal, as Certidões Negativas Federal/INSS e FGTS, vigentes, e mantê-las atualizadas, sob pena do não pagamento até o cumprimento do presente objeto.

18.2 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à proponente vencedora, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

18.3 – O contratante efetuará a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, quando obrigatório, conforme determina a legislação vigente.

18.4 – Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Red.	Dotação	Despesa	Fonte
13	02.001.4.122.2.2012	33.90.39.00	0000
27	03.001.4.122.1.2001	33.90.39.00	0000
32	03.001.4.122.2.2013	33.90.39.00	0000
376	09.001.4.122.2.2019	33.90.39.00	0000
400	10.001.4.122.2.2021	33.90.39.00	0000
400	10.001.4.122.2.2021	33.90.39.00	0940
395	10.001.4.122.1.2010	33.90.39.00	0000
395	10.001.4.122.1.2010	33.90.39.00	0940
436	10.001.8.243.16.6055	33.90.39.00	0000
160	06.001.12.122.23.2016	33.90.39.00	0103
160	06.001.12.122.23.2016	33.90.39.00	0104
160	06.001.12.122.23.2016	33.90.39.00	0107
139	06.001.12.122.2.2143	33.90.39.00	0000
85	05.001.4.122.2.2015	33.90.39.00	0000
85	05.001.4.122.2.2015	33.90.39.00	0511
357	08.001.4.122.1.2008	33.90.39.00	0000
357	08.001.4.122.1.2008	33.90.39.00	0510
357	08.001.4.122.1.2008	33.90.39.00	0511
55	04.001.4.122.2.2014	33.90.39.00	0000



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

256	07.001.10.122.24.2017	33.90.39.00	0303
256	07.001.10.122.24.2017	33.90.39.00	0494
256	07.001.10.122.24.2017	33.90.39.00	21016
256	07.001.10.122.24.2017	33.90.39.00	22494

19 – DO VALOR MÁXIMO

19.1 – O valor máximo da presente licitação importa em **R\$ 283.985,46** (duzentos e oitenta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

20 – REVISÃO/ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

20.1 – Transcorrido o período de 12 (doze) meses, o contrato poderá ser reajustado de acordo com índices do INPC.

21 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

21.1 – As obrigações decorrentes deste PREGÃO consolidam-se ao contrato, cuja minuta consta como Anexo IV deste Edital.

21.2 – O contrato será encaminhado à proponente vencedora através de correio eletrônico, no endereço de e-mail disponibilizado pela proponente na fase de habilitação, sendo de responsabilidade da mesma a assinatura digital do respectivo documento, e envio ao município através de endereço eletrônico.

21.2.1 – Caso a proponente vencedora não possua assinatura digital, a mesma deverá entregar duas vias do contrato original assinado no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, no prazo de até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

21.2.2 – A via do contrato destinado a proponente vencedora/detentora da ata, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, no endereço de e-mail disponibilizado pela proponente, ou poderá ser retirada no Setor de Licitações e Contratos a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

21.3 – O contrato deverá ser assinado pelo representante legal/diretor, sócio e/ou procurador da PROPONENTE VENCEDORA, mediante apresentação do contrato social ou procuração quando nomeado um procurador, bem como cédula de identidade do representante.

21.4 – O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo representante da PROPONENTE VENCEDORA, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

22 – DA VIGENCIA

22.1 – A vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos de acordo com legislação vigente.

23 – DAS PENALIDADES

23.1 – O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, bem como ficará descredenciado do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art.14 do Decreto 3555/00).

23.2 – Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos serviços, bem como por inadimplemento das cláusulas contratuais, poderá ser aplicada à adjudicatária multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos percentuais), sobre o valor total da presente licitação, por dia de atraso, até o 5º (quinto) dia, limitada a 10% do valor total relativo, corrigido monetariamente até o adimplemento da obrigação pactuada.

23.3 – O atraso superior a 10 (dez) dias, bem como o descumprimento de cláusulas e condições



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

do Contrato, da Ordem de Serviço, ou outro instrumento equivalente em nome do licitante, configurará inadimplência da Adjudicatária.

23.4 – Pela inexecução total ou parcial do presente edital/Termo de Referência ou instrumento equivalente, a Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste, poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as sanções previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

23.5 – Poderão ser aplicadas ainda as penas de advertência e, conforme o caso, declaração de inidoneidade previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, atendidas as formalidades legais.

23.6 – A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados à Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste.

23.7 – Comprovado que o serviço prestado não corresponde às especificações constantes na proposta/termo de referência e no presente edital, a adjudicatária deverá refazê-los sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no edital.

23.8 – As sanções administrativas previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e do Decreto nº 1.689/2006 e Decreto Municipal nº 5.372/20.

23.9 – As penalidades de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

23.10 – A autoridade competente, quando da aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.11 – As penalidades deverão ser registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

24 – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

24.1 – Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.

24.2 – A declaração de nulidade de algum ato do procedimento licitatório somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

24.3 – Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento licitatório, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

24.4 – A nulidade do procedimento licitatório não gera obrigação de indenizar pela Administração.

24.5 – A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

24.6 – Nenhum ato será declarado nulo caso o vício não resulte prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

25 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1 – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.2 – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

25.2.1 – “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

25.2.2 – “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

25.2.3 – “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

25.2.4 – “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

afetar a execução do contrato.

25.2.5 – “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções, ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.3 – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

25.4 – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

26 – FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

26.1 – Após a homologação por parte da autoridade competente, e recebimento do contrato assinado e publicado, a Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste, poderá, proceder à emissão de Ordem de Fornecimento ou outro instrumento equivalente em nome do licitante, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente, e na proposta da adjudicatária, relacionando-se o objeto e suas quantidades, bem como, os respectivos preços unitário e total, devendo a entrega ser efetuada conforme consta do presente edital. Quando da entrega do objeto por parte da empresa contratada, esta deverá emitir a nota fiscal em favor da Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste.

26.2 – A proponente vencedora deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato, apresentar a proposta de seguro efetivada, para que os bens possam usufruir do respectivo seguro.

26.3 – A proponente vencedora deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, apresentar a apólice dos seguros e entregá-las, tão logo emitida, ao Departamento de Administração do Município.

26.4 – A proponente vencedora deverá prover serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com o Contratante.

26.5 – A proponente vencedora deverá providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo contratante.

26.6 – A proponente vencedora deverá prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pelo contratante em caso de sinistro, no prazo de 01 (uma) hora, contados a partir do recebimento da comunicação pela contratada, indicando inclusive o tempo aproximado para solução.

26.7 – A proponente vencedora deverá realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrega à proponente vencedora de toda a documentação exigida por esta no contrato.

26.8 – A proponente vencedora deverá dispor de central de comunicação para aviso de sinistro por parte do contratante durante 24 (vinte e quatro) horas/dia durante 07 (sete) dias da semana.

26.9 – A proponente vencedora deverá informar por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato (endereço, telefone, e-mail) com o contratante, para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

26.10 - A proponente vencedora não deverá transferir, sob qualquer pretexto a responsabilidade decorrente da execução do objeto à terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entidades.

26.11 - A proponente vencedora deverá fornecer, em relação a cada veículo e imóvel, manual ou documento equivalente contendo informações relativas à regulamentação do seguro contratado.

26.12 - A proponente vencedora deverá fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo e imóvel, contendo as informações necessárias para o atendimento.

26.13 - A proponente vencedora deverá atender as especificações constantes no termo de referência, na proposta e na planilha detalhada dos serviços (ANEXO I).

26.14 - Haverá acompanhamento da Administração Municipal, na execução do objeto contratado, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

26.15 - A proponente vencedora deverá comunicar o contratante quando da entrega do(s) serviços para que a Comissão de Recebimento de Bens e Serviços possa realizar o recebimento do(s), mesmo(s), visando o cumprimento do objeto da presente licitação.

26.16 – Em caso de vistoria nos veículos, os custos para tal serão de responsabilidade da proponente vencedora.

26.17 – A não entrega do objeto no prazo estabelecido, implicará nas sanções e penalidades previstas neste edital e nas cabíveis previstas na Lei nº 8.666/93.

26.18 – Os serviços serão recebidos e aceitos após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado caso desatenda as especificações exigidas.

26.19 - A PROPONENTE VENCEDORA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução dos serviços, sejam de natureza trabalhista, relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

26.20 - Nos preços ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive, impostos, taxas e outras despesas que incidam ou venham incidir no fornecimento e entrega dos serviços.

27 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

27.1 – Os serviços que não estiverem estritamente de acordo com este edital, com a proposta e demais anexos serão recusados e deverão ser substituídos/refeitos imediatamente, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas na legislação.

27.2 – Os serviços serão recebidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, que realizará as conferências necessárias, para o cumprimento do objeto.

27.3 – A proponente vencedora ficará obrigada a substituir/refazer, às suas expensas, os serviços que vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

27.4 – Independentemente da aceitação, a proponente vencedora garantirá a qualidade de cada serviço/seguro, obrigando-se a refazer aquele que não estiver de acordo com as especificações.

28 – FISCALIZAÇÃO

28.1 – Não obstante o fato de a proponente vencedora ser a única responsável pela prestação dos serviços, objeto deste edital/Termo de Referência, a Administração, através de seus servidores ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização aos referidos serviços.

28.2 – A fiscalização exercerá amplo e rigoroso controle particularmente em relação à qualidade dos serviços prestados/entregues, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

28.3 – As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução dos objetos do presente edital, deverão ser registradas pela Administração, através de seus prepostos no Livro de Ocorrências, produzindo esses, registros de direito.

29 – DA RESCISÃO DO CONTRATO

29.1 – O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses arrolados nos artigos 77 e 78 da Lei



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

Federal 8.666/93 e suas alterações.

30 – DAS ALTERAÇÕES

30.1 – As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

30.2 – Para pedido de aditivo de prazo (quando necessário), deverá ser solicitado juntamente com justificativa plausível para apreciação, antes do vencimento do prazo.

31 – DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

31.1 – Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da PROPONENTE VENCEDORA:

31.1.1 – Prestar os serviços, objeto desta licitação, conforme as especificações constantes no Termo de Referência/proposta e planilha detalhada dos serviços (anexo I), cumprindo o prazo estabelecido e responsabilizar-se pela quantidade e qualidade dos serviços.

31.1.2 - Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE, referentes às condições firmadas no Termo de Referência/proposta/contrato.

31.1.3 - Prestar os serviços no prazo estabelecido neste edital, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

31.1.4 - - Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades da prestação dos serviços.

31.1.5 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

31.1.6 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante durante o prazo de vigência do contrato.

31.1.7 - Certificar-se preliminarmente de todas as condições exigidas neste edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

31.1.8 - Considerar que a unidade, quantidade e a qualidade dos serviços prestados são pré-requisitos para o recebimento do serviço solicitado.

31.1.9 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender.

31.1.10 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto se previamente autorizado pelo gestor e/ou fiscal do referido processo licitatório.

31.1.11 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

32 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

32.1 – Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações do CONTRATANTE:

32.1.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução/prestação dos serviços.

32.1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela proponente vencedora relacionados com o objeto pactuado.

32.1.3 - Comunicar, por escrito, à proponente vencedora, qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços, solicitando que refaça aquele que não estiver de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta e anexo ao termo de referência.

32.1.4 - Efetuar o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste edital desde que os serviços estejam de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada.

32.1.5 - Acompanhar os prazos de entrega/prestação dos serviços, exigindo que a proponente vencedora tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena de sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93 e demais cominações legais.

32.1.6 - Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita por parte da proponente vencedora, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

33 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1 – O resultado e demais atos da presente licitação será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município, Jornal impresso de grande circulação, bem como no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.veracruz.pr.gov.br.

33.2 – As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, bem como a finalidade e a segurança da contratação.

33.3 – O sistema Comprasnet disponibilizará campo próprio para a(o) Pregoeira(o) e os licitantes trocarem mensagens.

33.4 – Quando as proponentes forem intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, os mesmos deverão fazê-lo no prazo determinado pela(o) pregoeira(o).

33.5 – A(o) Pregoeira(o) e/ou Autoridade Superior, na forma do disposto no § 3º, do art. 43, da Lei n.º 8.666/93, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

33.6 – A(o) Pregoeira(o) poderá absolver erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que estes sejam irrelevantes e não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação, e, não gerem a majoração do preço proposto.

33.7 – Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive as mensagens via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

33.8 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

33.9 – A homologação desta licitação não implicará direito às contratações.

33.10 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

33.11 – Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório, sem que caiba aos licitantes direito à indenização.

33.12 – A anulação do processo licitatório induz a anulação do Contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 59 da Lei 8.666/93.

33.13 – O resultado da presente licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e estará disponível junto ao Setor de Licitações e Contratos do município de Vera Cruz do Oeste.

33.14 – Caso haja alteração do presente edital no curso do prazo estabelecido para a abertura e julgamento do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (art. 21, § 4º da Lei 8.666/93).

33.15 – É obrigação da proponente, observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados, bem como ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador por interpretações errôneas ou inobservâncias.

33.16 – É obrigação da proponente, indicar à(ao) Pregoeira(o) todos os meios de contato, tipo telefone e e-mail, para comunicação, devendo manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso do processo licitatório.

33.16.1 – Será de responsabilidade da proponente o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

33.16.2 – A(o) pregoeira(o) não será responsável por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Vera Cruz do



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

Oeste quanto do emissor.

33.17 – O licitante deverá acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada/emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

33.18 – Caso o sistema eletrônico desconectar para a(o) pregoeira(o) durante a etapa de lances da sessão pública, e se permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

33.18.1 – Caso a desconexão da(o) pregoeira(o) permanecer por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa, e só poderá ser reiniciada após decorrido o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação do fato aos licitantes participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

33.19 – Quando a fase de lances ultrapassar o horário de expediente, a sessão será suspensa, retornando no horário informado pela(o) pregoeira(o) no chat.

33.20 – Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do referido certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da(o) Pregoeira(o) em contrário.

33.21 – Na hipótese da necessidade de suspender a sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

33.22 – Até a assinatura do Contrato ou outro instrumento equivalente, poderá a proponente vencedora ser excluída da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

33.23 – Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelas proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

33.24 – A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à Prefeitura e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de Vera Cruz do Oeste de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

33.25 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

33.26 - ***É obrigação da PROPONENTE VENCEDORA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.***

33.27 – De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e Decreto 7.404/2010, que tornou obrigatória a implementação dos sistemas de logística reversa para pneus; pilhas e baterias; embalagens e resíduos de agrotóxicos; lâmpadas fluorescentes, de mercúrio e vapor sódio; óleos lubrificantes automotivos; peças e itens eletrônicos e de informática; e eletrodomésticos, deverá a empresa vencedora receber de volta seus produtos já usados dando destinação na forma da lei.

33.28 – Os serviços deverão estar em conformidade com as normas vigentes, sendo que todos serão recebidos e conferidos pela comissão de Recebimento de Bens e Serviços da Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste. Os serviços que não estiverem de acordo com as especificações serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a substituí-los, sem prejuízo para Prefeitura. Aparada, em qualquer tempo, divergência ente especificações pré-fixadas e o serviço



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Rui Barbosa, 202 – CEP 85.845-000 – Vera Cruz do Oeste – PR
Fone/Fax: (0xx45) 3267-8000

efetuado, serão aplicados à proponente vencedora sanções previstas na legislação vigente.

33.29 – O município indicará no contrato da presente licitação o nome do fiscal e gestor do contrato.

33.30 – O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

33.31 – Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicáveis, e dos princípios gerais de direito.

33.32 – **Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Termo/edital, prevalecerá a descrição constante no Termo/Edital.**

33.33 - A proponente vencedora não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto se previamente autorizado pelo gestor e/ou fiscal do referido processo licitatório.

34 – DOS ANEXOS

34.1 - Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

34.1.1 – Anexo I – Planilha detalhada dos serviços;

34.1.2 – Anexo II - Proposta de Preços;

34.1.3 – Anexo III - Modelo de Declaração Unificada;

34.1.4 – Anexo IV - Minuta do Contrato; e

34.1.5 - Anexo V - Termo Referência.

Vera Cruz do Oeste, 06 de outubro de 2023

Kéli Fátima Trevisol
Pregoeira